

POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS¹

Email:
fabio@escolaomega.com
isaacrios@hotmail.com
kamillarebecaqueiroz@yahoo.com.br

Fábio Martins do Nascimento², Isaac Rozas Rios³, Kamilla Rebeca Souto Queiroz de Lima⁴

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.14, n. 1, p.2-22, jan./abr.2009.

“Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação” é tema do artigo resultante da pesquisa dos autores Jardim, Silva e Nharreluga. O objetivo geral foi apontar as principais abordagens teóricas da Análise de Políticas Públicas na perspectiva de que este campo possa contribuir para os estudos da Ciência da Informação sobre as políticas públicas de informação. Os autores supracitados sugerem elementos que podem favorecer a compreensão das dimensões das políticas no cenário informacional.

“As Políticas Públicas de informação são, cada vez mais, objeto de ações governamentais e de investigação em vários campos do conhecimento” (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 2). Nesta passagem os autores defendem que as políticas públicas proporcionam um norte para que os agentes ou gestores públicos tomem decisões que beneficiem a sociedade como um todo.

Segundo Jardim, Silva e Nharreluga (2009, p. 2) “A análise de Políticas Públicas pode contribuir para os estudos da Ciência da Informação sobre as Políticas Públicas de Informação”. Percebe-se que os autores deixam no “ar” que a Ciência da Informação pode ser utilizada para responder as indagações ou hipóteses dos pesquisadores ou cientistas da informação quando estes estão diante de políticas públicas que podem ou não mudar o cotidiano das pessoas.

Jardim, Silva e Nharreluga (2009, p. 2) defendem a importância da compreensão do papel do Estado como produtor e acumulador de informações e suas implicações na sociedade contemporânea. Corroborando com os autores, nota-se que o Estado necessita em seu ordenamento jurídico a elaboração de Leis, Regimentos, Portarias, Recomendações dentre outras, para que dê ciência aquelas pessoas que fazem uso ou necessitam de informações para resolver as questões do dia a dia.

Nos dias de hoje percebe-se que a produção e uso das informações na sociedade contemporânea estão em constante modificação e atualização, mas a partir dos anos 90 foi que houve uma grande explosão informacional o que ocasionou uma reestruturação nos cenários informacionais e globais. Nas palavras de Jardim, Silva e Nharreluga este “*boom informacional*” possibilitou uma grande modificação nas relações entre Estado e Sociedade; Agendas Governamentais; Parâmetros Econômico-Produtivos; Métodos e conceitos de gestão no universo

¹ Resultado do Seminário realizado na disciplina *Política de Informação*, ministrado pelo Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire no PPGCI da UFPB em Agosto de 2017.

² Mestrando em Ciência da Informação – PPGCI – Universidade Federal da Paraíba, Brasil – Brasil.

³ Mestrando em Ciência da Informação – PPGCI – Universidade Federal da Paraíba, Brasil – Brasil.

⁴ Mestranda em Ciência da Informação – PPGCI – Universidade Federal da Paraíba, Brasil – Brasil.

corporativo e Comportamentos sociais (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009). Ainda conforme os autores, os vários aspectos científicos, políticos, organizacionais e sócio-culturais são essenciais para *linkar*com as Políticas de Informação que tem demandado as novas indagações/questões e a conseqüente busca por repostas em todas as facetas da sociedade.

A dimensão da informação também deve ser tratada neste contexto e dada a sua real importância. Pela sua complexidade e grau de relevância no cenário informacional, Jardim, Silva e Nharreluga provocam uma discussão no sentido que o Estado “deve ser obrigado” a assumir novos contornos “forçando” os cidadãos a exigirem seus direitos, sejam eles, políticos, sociais e civis. A dimensão da informação no tocante as políticas de informação devem ser projetadas para responder as necessidades e regular as atividades dos indivíduos, do comércio e de todos os tipos de instituições e organizações que abrangem os governos nacionais ou locais, sem esquecer que tais políticas, também devem regular a capacidade e a liberdade de adquirir, possuir e manter a própria informação(JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009).

Outra discussão levantada pelos autores supra é no tocante a “transferência de informação científica como o escopo e abrangência de uma política de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 28*apud* JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p.4). Para entender o mistério do que vem a ser a transferência de informação apenas citada pelos autores, recorremos a definição de ARAÚJO (1997, p.68)⁵ que conceitua a transferência de informação como um conjunto de operações envolvidas na transmissão da informação, desde sua geração à sua utilização. Ainda conforme a autora, a transferência de informação ocorre quando as informações transmitidas promovem a efetiva tradução do conhecimento em ação, incorporando-as ao mundo do usuário.

Jardim, Silva e Nharreluga (2009) *apud* Daniel (2000) fazem uma contextualização do que vem a ser Política de informação que na visão dos autores consiste em um conjunto de regras formais e informais que diretamente, restringindo, impulsionando ou de outra maneira, formam fluxos de informação. Assim, a política de informação inclui, entre outros aspectos, a privatização e distribuição da informação governamental, liberdade de acesso à informação, proteção da privacidade individual, sem esquecer também dos direitos de propriedade intelectual.

Os estudos das políticas públicas são relativamente recentes e estão empenhados na compreensão sobre o papel do Estado e suas implicações na sociedade contemporânea e nas diferentes formas de interação com a sociedade no âmbito da dinâmica da ação pública. Percebe-se a tendência de afastamento da orientação operacional e aproximação de uma abordagem cognitiva, onde as políticas públicas são entendidas como o “Estado em ação”, onde as sociedades modernas e complexas agem sobre elas mesmas, através da construção de paradigmas ou referenciais.

Jardim, Silva e Nharreluga (2009), como autores do texto em questão, afirmam com propriedade que é por meio da informação e do conhecimento que a sociedade tende a apropriar-se de novas formas de manifestação e de influência nas decisões e ações públicas. O empoderamento do conhecimento vem à tona como contexto para apropriações, poder de influência e decisões nas políticas públicas.

Os autores passeiam no texto por vários conceitos de política através de diversos outros autores, para tentar apresentar um leque de perspectivas reflexivas sobre o tema, como Easton

⁵ ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO COMO PROCESSO SOCIAL: uma proposta de paradigma. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.7, n.1, p.68-73, jan./dez. 1997.

(1953), que cita política como: “uma teia de decisões que alocam valor”; Hecló (1972), por sua vez, discorre como: “curso de uma ação ou inação, mais do que decisões ou ações específicas”; Wildvsky (1979) refere política a: “um processo de tomada de decisões, mas, também, o produto desse processo”; Muller e Surel (2004): “um constructo social e de pesquisa, objeto científico, representação”.

Na análise das políticas públicas (PP), há um direcionamento para situá-las cientificamente, mas ainda sinaliza um termo indefinido, longe de um consenso. O estudo das PP é também chamado de “análise das políticas públicas”, e considera objetos tangíveis de avaliação. Chama a atenção o conceito de Dye (1976), que define: “análise de política é descobrir o que os governos fazem, porque fazem e que diferença isto faz”. Já Dangino *et al* (2002), define a análise da PP como “conjunto de conhecimentos proporcionados por diversas disciplinas das ciências humanas, utilizados para resolver problemas concretos em políticas públicas.

Conforme Durá (2004), citado no texto base, as PP podem ser definidas como decisão conformadora com princípio de caráter inovador e medidas para continuidade e execução. Implica uma série de decisões de diversos atores sociais, decidir que existe um problema e a melhor maneira de resolvê-los. O autor faz uma referência a cinco elementos de identificação de PP, que são: existência de um conjunto de medidas concretas; decisões de natureza mais ou menos autoritária; estar inscrita em um quadro geral de ação, nunca é uma ação isolada; possuir sempre um público; e possuir objetivos definidos.

Diante a complexidade das PP, surge a abordagem cognitiva, a qual é vista como uma corrente de análise que procura entender as PP como matrizes de um processo cognitivo que possibilita compreender a realidade em sua complexidade.

Percebe-se que diversos autores trabalham a análise de políticas públicas através de algumas abordagens. Muller (2004) formula três questões de pesquisas enigmáticas com abordagem cognitiva e prescritiva:

1 - “Em que a transformação nos modos de agir do Estado no curso dos últimos cinquenta anos modificou o lugar e papel dessa ação nas sociedades industriais ocidentais? Ou posto de outra forma, as políticas públicas mudaram a política?” (MULLER, 2004, p.5);

2 - “Quais transformações produziram a multiplicação das intervenções públicas às quais a análise das políticas públicas procura dar conta?” (MULLER, 2004, p.7);

3 - “De qual corrente de pensamento, de quais interrogações sociológicas ou filosóficas são [as análises de políticas públicas] elas herdeiras?” (MULLER, 2004, p.7).

A primeira é mais genérica e retrata a relação das políticas públicas com o Estado e suas influências para a atual política pública que vivenciamos. A segunda reconhece a sociedade moderna como regulada, buscando identificar os multiplicadores dessas políticas públicas. E, por fim, a terceira pergunta identifica a gênese intelectual e metodológica das análises das políticas públicas.

Através da reflexão dessas indagações, Muller e Surel destacam a importância que as normas sociais globais têm como influenciadores no comportamento social e nas políticas públicas específicas. Bem como, é possível identificar princípios específicos que induzem valores gerais. Sendo assim, é viável produzir uma “consciência coletiva”, o que permite simplificar a identificação de grupos ou organizações responsáveis pela elaboração das políticas públicas locais. Outro aspecto levantado dessa matriz cognitiva é a lógica de poder no processo de elaboração das políticas públicas e a relevância da interpretação do pesquisador, visto que as PP é um processo de interpretação de mundo a ser percebido pelo pesquisador. Logo, reflete uma

combinação de determinismo estrutural e voluntarismo. Outro aspecto levantado por Muller e Sured é o erro de associar políticas públicas com textos legislativos e reguladores. Pois, nem tudo que é denominado pelo governo como PP, é realmente PP. Paradoxalmente podem existir projetos governamentais com todas as características de uma PP e não ser assim anunciadas.

Outra abordagem é de Dagnino *et al* (2002) que visualiza uma tensão entre o descritivo e prescritivo e apresenta uma classificação formulada em 1993 por Ham e Hill, onde as abordagens e perspectivas são divididas em duas categorias:

1 – A análise que tem como objetivo desenvolver conhecimentos sobre o processo de elaboração de políticas (formulação, implementação e avaliação) em si mesmo – estudos sobre as características das políticas e o processo de elaboração de políticas – que revelam, portanto, uma orientação predominantemente descritiva;

2 – A análise voltada a apoiar os fazedores de política, agregando conhecimento ao processo de elaboração de políticas, envolvendo-se diretamente na tomada de decisões, revelando assim um caráter mais prescritivo ou propositivo.

Destacando a necessidade de respeitar a dimensão conflitante, inerente a realidade humana e social, que também compõe a política pública.

Outra abordagem trabalhada é de Medellín Torres (2004) que propõe um modelo teórico-metodológico para o estudo das políticas públicas em países de frágil desenvolvimento político e institucional. Sob seu entendimento das políticas públicas, destaca-se que:

- Não deve estudar PP de forma independente dos regimes políticos;
- O pesquisador que estuda o regime político consegue perceber o grau de persistência e consistência da democracia;
- Investigando a função governamental possibilita dimensionar a capacidade estrutural do Estado de produzir políticas públicas.

Essa abordagem ajuda a compreender o governo e determina que a estruturação das PP refletem o conteúdo dos regimes políticos. Partindo do pressuposto “a natureza específica de um regime político determina, de maneira crucial, a estruturação das políticas públicas” (MEDELLIN TORRES, 2004, p.5).

Assim a relação contínua entre os três pilares (governo, regimes políticos e políticas públicas) fica evidente, pois, o governo é responsável por articular os regimes políticos e as políticas públicas. Os regimes políticos estabelecem os laços que unem os governantes e seus mecanismos de governo. Bem como, o campo de ação entre os governantes e governados. E, as políticas públicas dependem da essência dos regimes políticos e da função governamental. Entretanto, é importante verificar o grau dessa relação de interdependência entre eles. Os impactos das políticas públicas na sociedade irá refletir o grau de consenso de aprovação ou repressão das táticas e estratégias adotadas pelo governo. Induzindo a uma retroalimentação contínua desse processo (ver figura 01).

Figura 1: Interdependência na elaboração e implementação das políticas públicas



Fonte:Elaborada pelo autor.

Nota-se que a política pública exige mais que um conjunto de decisões. Já que os atores sociais se relacionam e se influenciam mutuamente, em um cenário de conflitos e entendimentos. Conforme Muler e Surel (2004) diz: “em conta o conjunto dos indivíduos, grupos ou organizações cuja posição é afetada pela ação do Estado”.

A outra abordagem trabalhada é a de Oliveira (2006, p. 190) que trata a relação entre planejamento e políticas públicas. Quando diz: “Repensando as políticas públicas: por que frequentemente falhamos no planejamento?” Políticas públicas devem ser vistas como um processo e não como um produto técnico somente.

Nesta abordagem o planejamento deixa de ser ferramenta para consolidar-se como “processo político que depende de informações precisas, transparência, ética, temperança, aceitação de visões diferentes e vontade de negociar e buscar soluções” (OLIVEIRA, 2006, p.200). Sendo assim, resultado (produto) de uma ação política.

CONCLUSÃO

Por fim, as abordagens das análises de políticas públicas permitem diversas possibilidades ao estudo das políticas públicas da informação, e o autor traz uma listagem de 21 elementos que merecem atenção quando for pesquisar pela temática.

Destarte, a Ciência da Informação ajuda a irrigar essas discussões e é um tema que merece estar presente no ensino e pesquisa da área.